

CURRÍCULO E CULTURAS: PARA UMA EDUCAÇÃO MULTICULTURAL E ETNICAMENTE REFERENCIADA

Daniela Cristina Cassiano*
Laura Pires
Maria Victória Dias

Resumo

Este texto tem como temática o currículo. O objetivo consiste em refletir sobre trabalhar o currículo, considerando as questões étnicas raciais, problematizando as metanarrativas. Como metodologia elegemos uma revisão bibliográfica priorizando os estudos da obra: Documentos de Identidade, de Thomaz Tadeu da Silva, no qual nos apresenta as diferentes concepções do currículo. Por meio de leituras bibliográficas e pesquisas apresentar dados que corroboram para a prevalência do racismo e da evasão escolar dos negros, na escola, tem como propostas uma educação multicultural e etnicamente referenciada, a partir da proposição de uma educação antirracista.

Palavras-chave: Teorias curriculares. Metanarrativas. Racismo. Multiculturalismo.

CURRICULUM AND CULTURES: TOWARDS A MULTICULTURAL AND ETHNICALLY REFERENCED EDUCATION

Abstract

The theme of this paper is the curriculum. The objective is to reflect on the curriculum, considering the ethnic and racial issues, questioning the metanarratives. As methodology we chose a literature review prioritizing the studies of the work: Documents of Identity, by Thomaz Tadeu da Silva, which presents the different conceptions of curriculum. Through bibliographical readings and research, we present data that corroborate the prevalence of racism and the school dropout of black people, at school, with proposals for a multicultural and ethnically referenced education, from the proposition of an antiracist education.

Keywords: Curricular theories. Metanarratives. Racism. Multiculturalism.

1

Introdução

*Graduandas em Pedagogia, Universidade Federal de Uberlândia, e-mail: dani-ad12@hotmail.com / lauraxsouza20@gmail.com / mvmedeirosdias@gmail.com

Para Freire (1996), aprender é atribuir significado, desafiar e assim o teórico propõe compreender a importância de uma educação “problematizadora”. Efetivar uma educação crítica, problematizadora é importante para pensar no Currículo. Silva (2016), nos apresenta diferentes concepções do currículo, como abordagem das Teorias Tradicionais, Críticas e Pós-críticas.

Esse artigo tem como objetivo, refletir sobre trabalhar o currículo considerando as questões étnico raciais, problematizando as metanarrativas. Está dividido em quatro partes. Na primeira, fundamentados em Silva (2016) abordamos as diferentes teorias curriculares. Na segunda, refletimos sobre o papel da escola na formação de uma sociedade antirracista. Na terceira, problematizamos a história do negro que lhe foi roubada. Na quarta, apresentamos uma proposta de uma educação multicultural. Por fim, tecemos nossas considerações.

As Teorias curriculares: diferentes concepções

Segundo Silva (2016) a teoria tradicional do currículo é caracterizada por ideias conservadoras, de adaptação, aceitação, com visão voltada para uma escola empresarial e/ou comercial e industrial, uma espécie de organização, burocrática e técnica, com objetivo de formar trabalhadores eficientes, distantes das reflexões críticas e dos problemas educacionais da sociedade.

Sobre outra perspectiva, é importante retomar os anos de 1960, que foram marcados por grandes transformações em todo o mundo. Os Estados Unidos, o movimento dos direitos civis, no Brasil, movimentos contra a ditadura militar etc. Essas mudanças foram as principais características para os questionamentos e incomensuráveis teorizações problematizando o currículo tradicional e assim faz surgir as Teorias Críticas. Marcada por uma teoria, alinhada com a problematização e transformação do *status quo*, em que deveríamos repensar a aceitação, bem como “desideologizar” questões sobre obediência às ideologias capitalistas de adequação e padronização das atitudes conforme as regras do sistema capitalista. Entende-se que as perspectivas dominantes, deixam de considerar o caráter histórico e político das ações humanas e sociais. Nesse sentido, discutir as esferas pública, para além dos muros da escola, com características de: um intelectual transformador (crítico, a fim de influenciar e transformar), dar voz (participação, em que os estudantes passam a ser ouvidos e considerados). Uma espécie de pedagogia da linguagem, dialógica.

Temos teóricos como Giroux e Freire, que defendem uma escola como local de resistência. Nesse contexto, destacamos Paulo Freire, por ser um brasileiro e ser

incansável crítico da “educação bancária”, tradicional. Freire, foi um crítico do ensino e do Currículo Tradicional, com discurso indagador acerca dessa educação bancária, por acreditar que esse viés apenas corrobora para que educandos continuem na inércia e os educadores são vistos apenas como transmissores dos conteúdos.

Desse modo, Freire, para além da crítica ao ensino e currículo tradicional, propõe um ensino, dialógico (em que ambos aprendem) totalmente voltado para a relação docente e discente, em que os estudantes são sujeitos ativos e éticos na história. Sua proposta, reflete questões como a busca por mudanças, experiências e problematização, com entendimento de que não há dicotomia entre ensinar e aprender. Exigindo respeito a autonomia do educando/a e o bom senso, humildade e lutas em defesa dos direitos dos educadores, assim como esperança convicta de que a mudança é possível.

Nessa perspectiva, ele propicia um olhar de estímulo para a valorização da curiosidade, identidade e conhecimento prévio (como meio de respeitar os saberes dos educandos), tudo isso assume um papel de formação construtiva da autonomia e da reflexão crítica, em que os educandos/as *sujeitos* ativos são capazes de agir de modo esperançoso e transformador na sociedade.

Freire, visionário e esperançoso do que discursava, defendia que os/as educandos/as precisam assumir suas profissões com convicção, independentemente de qualquer que seja o ofício, acreditava na mudança, nas decisões e nas escolhas. Ainda nessa perspectiva, para ele o educador/a precisa permitir a construção de uma aprendizagem sólida, e não memorizada. Com foco nos sujeitos que se assumam como seres sociais e históricos, pensantes, críticos e transformadores no processo de mudança da sociedade em que vivem.

Essa perspectiva freireana de ensino, aponta para um currículo democrático, voltado para as relações dialógicas e valorização tanto dos/as educandos/as quanto dos educadores/as. Com consistência em responder ao menos em parte a questão curricular fundamental: “o que ensinar”, mas preocupado com questões epistemológicas fundamentais “o que significa conhecer”?

Ainda sobre a Teoria do Currículo Crítico, destacamos a abordagem de “o currículo como construção social: a nova sociologia da educação”, afirmando que:

A antiga sociologia não questionava a natureza do conhecimento escolar ou o papel do próprio currículo na produção daquelas desigualdades. O currículo tradicional era simplesmente tomado como dado e, portanto, como implicitamente aceitável. O que importava era saber se as crianças e jovens eram bem-sucedidos ou não nesse currículo. Nos termos da NSE, a preocupação era com o

processamento de pessoas e não com o processamento do conhecimento. (SILVA, 2016, p. 65)

Dessa forma, a Nova Sociologia da Educação (NSE) tinha como foco no processamento do conhecimento, ou seja, problematizar o conhecimento ensinado. O currículo não se resume em uma lista de conteúdo a serem ensinados. O conhecimento é sempre interessado, não é neutro.

No capítulo intitulado "Quem escondeu o currículo oculto?", Silva (2016) denuncia (como reprodução moral, tradicional, formador de um cidadão pacífico, não crítico). Para o autor, o currículo oculto moldava, por meio de regras, rituais e regulamentos aparentemente inocentes o cidadão "dócil". Acerca desses processos ocultos, a escola fomenta as condutas que levaríamos para o resto de nossas vidas, ou seja, padroniza e homogeneiza os comportamentos.

Outro cenário nos é apresentado, para melhor entendimento das dominações capitalista através do currículo, surgem as Teoria Pós-Críticas, enfatizando a cultura e o multiculturalismo que representa um importante instrumento de luta política, o termo multiculturalismo é polissêmico e o entendimento de que cultura é, toda produção humana e que não existe uma cultura melhor ou maior do que a outra. Silva (2016, p. 86) aponta, "As diferenças culturais seriam apenas a manifestação superficial das características humanas mais profundas. Os diferentes grupos culturais se tornariam iguais por sua comum humanidade".

Em vista disso, o multiculturalismo é negligenciado, invisibilizado dentro da sala de aula, em que prevalece a monocultura. Assim, os grupos subalternizados — negros, mulheres e homossexuais passam a criticar o "currículo eurocêntrico, branco, militar, hetero, patriarcal e cristão, extremamente relacionado ao tradicional. Esses sujeitos querem ser ouvidos, é preciso então questionar esse currículo, é necessário ouvir as "minorias" — negros, indígenas, mulheres, LGBTQI+ etc. Já que o currículo tem por característica o embate, a disputa de poder na sociedade, ouvir essas vozes se faz necessário, pois essas "minorias", são sujeitos ativos e vivos na sociedade, para além disso, são contribuintes e seres humanos como qualquer um, precisam ter seus direitos garantidos também na escola e/ou a partir dela.

O multiculturalismo, mostra que o currículo é desigual e hegemônico, beneficiando a condição do ser branco e da sua branquitude, ou seja, apropria-se do fenótipo da cor da pele e aceita os seus privilégios brancos. Sem questionar, pois, negam-se a desapropriar-se dessa condição, já que ela é benéfica para eles.

Para Silva (2016, p. 85) o multiculturalismo é caracterizado por ser ambíguo, pois ao mesmo tempo em que é legítimo em relação as reivindicações dos grupos

culturais dominados, a fim de ter suas culturas reconhecidas, ele muitas vezes é visto como um reparador dos “problemas” que esses grupos dominados trazem para a cultura dos dominantes. No entanto, ressalta que em meio a essa ambiguidade, o multiculturalismo é indissociável das relações de poder, que exigem essas diferenças culturais, raciais, étnicas e nacionais a conviverem. Ou seja, mesmo com suas distinções o multiculturalismo é assertivo ao obrigar que culturas diferentes tenham que estar em uma mesma sociedade, como se estimulasse de certa forma a trazer um novo olhar, uma nova reflexão e até mesmo a ressignificar, ainda que lentamente o entendimento de que existem outras culturas, para além das que nos são apresentadas e/ou impostas.

Assim, se o currículo apresenta uma disputa de poder, torná-lo multicultural para os dominantes é o mesmo que aceitar, ou entregar aos dominados algo que aos olhos dos dominadores pertence-lhes, é ao mesmo tempo renunciar à sua branquitude em detrimento ao negro. Que na visão capitalista são sujeitos apenas feitos para servi-los ao seu bel prazer.

A escola é o ponto de partida para ouvir esses sujeitos

O ano de 2016, marca a comemoração dos 20 anos de homologação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação(LDB) – Lei nº 9394/1996, parte-se da compreensão de que a promulgação da LDB e os desdobramentos que se fizeram a partir dela vieram consolidar o estabelecido no Artigo 205 da Constituição Federal de 1988, que assume a educação como direito social e subjetivo², extensivo a todos, independentemente de qualquer condição, e preconiza o papel da educação na vida dos sujeitos, afirmando que deverá visar “ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Assim, a então Constituição Federal situa a relação dialética existente entre a educação e o exercício da cidadania, considerando-a como condição para a plena participação da vida em sociedade.

Partindo desse princípio, se a educação é direito de todos porque vozes são silenciadas e os sujeitos negros/as são invisibilizados nos currículos? Em conformidade com as questões de gênero, sexualidade, as críticas sobre a

² Compreende-se como *direito subjetivo* a prerrogativa do poder de pessoas, organizações e associações de exigirem o cumprimento das disposições constitucionais.

invisibilidade étnico racial foram evidenciadas. Partiram principalmente para questões relacionadas à educação.

É sabido que, os negros são os principais *sujeitos* que por causa de todo o histórico de escravização são “expulsos” da escola, “desmotivados” por precisarem trabalhar e o fato de perderem o interesse pela escola, pois ela reproduz toda subalternização, diminuição e apagamento desses *sujeitos*, assim como em toda a sociedade. Essa reprodução de “malvadeza”, marginaliza e enfraquece esses sujeitos, tolhendo-os e corroborando com o discurso meritocrático de que só não estudam porque não querem. Dessa forma, diminui-se a responsabilidade do Estado, da sociedade etc., atribuindo culpa somente ao próprio negro/a. Inquietações sobre as datas comemorativas na escola, as maneiras de representação do livro didático, que estão abarrotados de narrativas, apresentando uma visão distorcida e fantasiosa da verdadeira história das populações que sofreram com as marcas da herança colonial. O conceito de representação ganhava destaque nessa perspectiva.

Segundo Silva (2016, p. 99):

Foi apenas a partir de uma segunda fase, surgida sobretudo a partir das análises pós-estruturalistas e dos Estudos Culturais, que o próprio currículo passou a ser problematizado como sendo racialmente enviesado. É também nas análises mais recentes que o próprio conceito de “raça” e “etnia” se tornam crescentemente problematizados. (SILVA, 2016, p. 99)

As questões de identidade, raça, etnia, poder e currículo, com base nessa nova perspectiva, estavam diretamente ligadas. Era necessário que o currículo, seguindo as teorias críticas e sociais, questionasse a construção social em torno da raça e etnia, dando ouvidos a narrativa, do ponto de vista dos negros, que foram subalternizados e subordinados pelos dominantes. Para Silva (2016, p. 100) “Em geral, reserva-se o termo “raça para identificações baseadas em caracteres físicos como a cor da pele, por exemplo, e o termo “etnia” para identificações baseadas em características supostamente mais culturais, tais como religião, modos de vida, língua etc.”

Para Silva (2016, p. 102) uma perspectiva crítica de currículo precisa lidar com a temática da diferença como uma questão histórica e política, mas para além da celebração da diferença e da diversidade, é pertinente questionar quais são os mecanismos de construção das identidades nacionais, raciais e étnicas, como elementos vinculados as relações de poder.

Dessa maneira, para dar ouvidos aos negros, Silva (2016), aborda outra questão relevante no livro, as metanarrativas, que são narrativas hegemônicas,

fundamentadas na colonialidade (permanência de pensamentos colonialistas). Em que problematiza a relação do colonialismo (domínio das grandes potências passadas) com essas metanarrativas, enraizadas no pensamento, de que por exemplo.: o Brasil foi descoberto, de que os negros foram escravos, os negros foram pacíficos nesse processo de escravização, de que eles eram preguiçosos, ladrões, amaldiçoados, enganadores etc., faz-se necessário romper e transgredir com esse discurso, possibilitando o conhecimento de que o Brasil foi invadido, pois aqui já viviam os povos originários, entender que os negros foram sim escravizados e não escravos, tomados à força de suas origens para viver em terras as quais eles não queriam, eles são desde sempre trabalhadores, pois se não o fossem por que os trouxeram para aqui trabalhar de graça e explorados físico e mentalmente, são como os outros, honestos, lutaram por sua liberdade e emancipação. Não aceitar esses discursos de que são amaldiçoados, esses mitos e narrativas ao longo da história, corroboram para que o racismo perpetue. Segundo Silva (2016, p. 87) "O racismo não pode ser eliminado simplesmente através do combate a expressões linguísticas racistas, mas deve incluir também o combate à discriminação racial no emprego, na educação, na saúde".

Considerando todo arcabouço de impregnar essas inverdades e mitos dessas metanarrativas, dar ouvidos aos negros é fundamental para o processo de findar com o racismo, ouvir, coloca o sujeito no lugar que lhe é de direito, ouvir pressupõe valorização.

A escuta a partir da educação, é o caminho pelo qual os negros podem ascender socialmente, tornarem-se sujeitos críticos e pensantes de uma sociedade transformadora e equalizadora para todos/as. Pois é na escola que sobre esse viés, os negros e brancos, poderão ter acesso à consciência racial. O negro, pois enquanto pessoas brancas conseguem com facilidade descobrir de onde suas famílias vieram, pessoas pretas sequer pensa na sua ancestralidade, já que até o nome e sobrenome dos negros/as foram modificados quando foram escravizados. Nesse sentido, não aprendemos sobre a história africana na escola e em lugar nenhum. O que vemos são normalizações sobre a escravização, o que acontece muito na mídia brasileira, principalmente nas novelas, que sempre abordam a questão negra, como algo romantizado — mulheres negras desejadas sexualmente, boas cozinheiras, domésticas e cuidadoras de crianças. Muitas vezes, o negro escravizado é visto como o "fujão" que deveria aceitar o fato de ser escravizado como algo inerente à sociedade da época. Quanto ao branco, pois pensar em uma educação antirracista é também teorizado e praticado por eles, pensando numa perspectiva de "ajudadores" dessa questão, porque foram os brancos que os colocaram nessa condição, então, nada mais justo que eles colaborem para que o racismo seja banido.

De acordo com Silva (2016, p. 103):

O racismo é parte de uma economia do afeto e do desejo feita, em grande parte, de sentimentos que podem ser considerados "irracionais". Como consequência, um currículo antirracista não pode ficar limitado ao fornecimento de informações racionais sobre a "verdade" do racismo. Sem ser terapêutico, um currículo antirracista não pode deixar de ignorar a psicologia profunda do racismo. (SILVA, 2016, p. 103)

Elencando às reflexões de Kilomba (2019, p. 51-52), com os escritos de Silva, na citação descrita acima, tudo que está relacionado ao negro, para o branco é caracterizado como passional, sentimental. Quando o negro fala é específico, subjetivo, pessoal, emocional, parcial, são opiniões e experiência. Em contrapartida o branco ao falar é universal, objetivo, neutro, racional, imparcial, são fatos e conhecimento, essas são metanarrativas que precisam ser problematizadas e assim apagadas. E esse apagamento se dará à luz da escola, a educação é a ponte pela qual o sujeito negro poderá transformar o "dar voz" para "dar ouvidos", é na escola que o negro precisa aprender sobre suas origens, nela o branco vai ter de aprender também sobre a cultura e o povo negro, porque a consciência de que existem outras culturas, povos, etnias etc., se faz necessário e oportuno, a partir e dentro da escola, pois a escola possui saberes, propicia mudanças e possibilita a autonomia do fazer "seres" para além, dos saberes matemáticos e geográficos, mas sujeitos autônomos, críticos e donos de si, capazes de transformar a sociedade em que vivem.

A história dos negros lhes foi roubada

Verifica-se que, por não terem acesso e permanência nas escolas, os negros/as, são privados da consciência racial, pois a escola é a instituição capaz de oportunizar, olhares, reflexões, discussões acerca de políticas públicas etnicamente referenciadas, como modelo de ajuntamento e promoção da consciência e da cultura, dos modos e costumes desses sujeitos, como meio de banir o racismo e o preconceito, para entendimento de que são cidadãos de direitos, a privação de estar na escola é fundamental para que prevaleça o discurso racista e "marginalizado" do negro.

Dados mostram que em 2019, uma pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) indica que 51,2%, ou 69,5 milhões de pessoas de 25 anos ou mais não concluíram o ensino médio no país. É a primeira vez que a

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), analisa informações da evasão escolar e mostra que pretos e pardos são os que menos concluem as etapas escolares. Analisando a conclusão apenas do ensino médio, brancos representam 57%, enquanto pretos e pardos alcançam 41,8%. Este número aumenta se for analisar todas as etapas da educação básica, entre as 50 milhões de pessoas de 14 a 29 anos do país, 10,1 milhões (20,2%) deixaram a escola, dos quais 71,7% eram pretos ou pardos.

As desigualdades entre brancos e negros (população que reúne os declarados pretos e pardos, conforme metodologia do IBGE) também estão na Educação Básica. De acordo com dados organizados pelo Todos Pela Educação³, é possível identificar as diferentes trajetórias entre essas populações desde a Creche até a conclusão do Ensino Médio, resultado de oportunidades desiguais e ausência de políticas educacionais que promovam a equidade no ensino.

Observando os dados dos últimos anos, houve aumento no número de crianças pardas matriculadas na etapa inicial da Educação Infantil entre 2016 e 2018: 3 em cada 10 bebês (32%) declarados com essa raça/cor frequentavam creches em 2018 (últimos dados disponíveis para esse recorte), crescimento de quase quatro pontos percentuais em relação a 2016. Mesmo com o aumento, o percentual ainda está atrás do de crianças brancas, que correspondia a 39%, em 2018.

Com base nesses números, é possível entender que a evasão escolar, associada ao racismo, para além de coadunar com o aumento dos subempregos para os negros, de certa forma os coloca à margem da escolarização, apontando para um problema muito sério, o preconceito que diminui e rouba-lhes os direitos garantidos em leis.

Nesse sentido, propor uma educação equalizadora, com políticas públicas voltadas para a realidade e a condição social, econômica e cidadã, seria proveitosa e quiçá destruidora da homogeneização branca. Pensar e trabalhar a Lei 10639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de "história e cultura afro-brasileira" dentro das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio, dedicar-se para o intuito de transformar as realidades dos/as negros/as, da condição de *sujeitos* invisibilizados, silenciados e subalternizados ao longo do processo histórico, a fim de propagar a cultura e modos de vida desse povo, contando as verdadeiras histórias de vida, as lutas, as condições difíceis e ao mesmo

³ Os dados educacionais coletados foram feitos a partir dos seguintes materiais organizados e publicados pelo Todos Pela Educação: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020; Divulgação da Meta 3 do Todos Pela Educação – Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano; e Observatório do PNE (metas 1 e 3).

tempo dramáticas, negando e desmistificando as metanarrativas tão repassadas historicamente aos outros.

Sendo assim, o discurso racista tem por finalizado dentro da escola, ou seja, a escola é a instituição de poder, capaz de transformar essa realidade, por esse motivo os dominadores não têm por meta e até fazem com que negros/as não permaneçam dentro das escolas, pois excluí-los é fator fundamental para que utilizem seus privilégios em relação à marginalização dos negros/as. Mencionando um dito significativo: "A casa grande surta quando a senzala aprende a ler", ou seja, os dominadores, se incomodam, não aceitam que os/as negros/as ascendam social e intelectualmente, para eles o melhor seria manter tudo no *status quo*, cada um deve ter o seu lugar determinado pelo branco.

Proposta de uma educação multicultural e etnicamente referenciada

Sensibilizar os educadores, os gestores e toda a comunidade escolar é um desafio e uma proposta à multiculturalidade, para uma educação etnicamente referenciada, ressignificar suas práticas pedagógicas, atribuindo acesso constante da lei 10639/2003, possibilitar uma educação para todos e todas. Sem motivar-se apenas em datas específicas e momentos oportunos, equivale à uma educação conscientizadora e antirracista seja feita no cotidiano, apresentando mobilizações como a representação, a leitura, autores, escrita, atividades, reflexões, conhecimento da cultura, da música, das danças, crenças, alimentação, estética, corpos, religiosidade, artes, questionamentos e problematizações ao longo do ano.

Tudo isso vinculado à formação continuada dos professores, a debates públicos e aliado à boa vontade, sim precisamos contar com a boa vontade dos brancos em trabalhar uma educação etnicamente referenciada de valorização, conscientização e apoio ao antirracismo, com objetivo de propagar as diferenças raciais como multiculturalismo abrangente e transformador da sociedade, muito diversificada, em que negros estão presentes e querem, ou melhor tenha seus direitos garantidos, da Constituição à BNCC, das ruas e becos, dos shoppings aos pequenos comércios, das telas de tv à grandes telas do cinema, das suas casas para o mundo, sem que nenhum lugar os desabrigue, pois são cidadãos como os outros e pagadores de impostos, mas, para além de tudo isso, são seres humanos e tem garantias legais e direitos a si atribuídos, como meio de viverem bem em sociedade.

Considerações finais

Considerando os objetivos propostos pelo texto, em explicar as questões étnico raciais e as metanarrativas que são fundamentais para o estabelecimento do racismo ao longo do tempo. Por meio de leituras bibliográficas e pesquisas, apresentar dados que corroboram para a prevalência do racismo e da evasão escolar dos/as negros/as, na escola, e a proposta de uma educação multicultural e etnicamente referenciada, a partir da proposição de uma educação antirracista. Com base nos argumentos apresentados, acerca do discurso impregnado nas metanarrativas, como meio de propagar e difundir o racismo, o texto conclui que, a escola é uma instituição de poder em que o racismo está presente, que os dados apontados elucidam a evasão escolar dos negros. Contudo, observa-se que, a partir e na escola, os *sujeitos* negros serão ouvidos e compreendidos, no sentido, de propiciar uma educação multicultural, voltada para uma perspectiva etnicamente referenciada, com ênfase na representatividade, na cultura, nos autores, na estética, nas artes etc.

Portanto, compreende-se, uma formação continuada dos professores, a conscientização de toda comunidade escolar, na busca pela propagação do multiculturalismo, como meio de abranger a todos/as. Nesse viés, descolonizar o pensamento e assim propiciar e aplicar o antirracismo, como forma de estabelecer uma educação equalizadora dentro das diretrizes legais instituídas, para que estudantes negros/as vivenciem o seu lugar de direito em uma sociedade que os exclui.

Referências

CARVALHOS, Simone. "A casa grande já surta quando a senzala aprende a ler, imagine quando vira médica". UNEafro, 2016. Disponível em <<https://uneafrobrasil.org/casa-grande-ja-surta-quando-senzala-aprende-ler-imagine-quando-vira-medica/>>. Acesso em 14 de dezembro de 2022.

DO INÍCIO AO FIM: POPULAÇÃO NEGRA TEM MENOS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS. Todos pela educação, 2020. Disponível em <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/do-inicio-ao-fim-populacao-negra-tem-menos-oportunidades-educacionais-2/>>. Acesso em 12 de dezembro de 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes; BEIRAL, Hellen Jannisy Vieira; FERRARI, Gláucia Maria. **As políticas de Educação de Jovens e Adultos na atualidade como desdobramento da constituição e da LDB**. Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, v. 11, n. 19, p. 40-57, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro, Editora Cobogó, 2019.

PRETOS E PARDOS SÃO MAIORIA DOS QUE NÃO CONCLUEM O ENSINO MÉDIO.
Agência de notícias das favelas, 2020. Disponível em:
<<https://www.anf.org.br/pretos-e-pardos-sao-maioria-dos-que-nao-concluem-o-ensino-medio/>>. Acesso em 12 de dezembro de 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica 2016.